

AVALIAÇÃO DE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL NOS PORTAIS DE GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA POSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO ONLINE NA DECISÃO POLÍTICA¹

Bianca Didoni²

Resumo: O presente artigo busca avaliar a acessibilidade, usabilidade e comunicabilidade no Portal Eletrônico dos municípios de Araçatuba, Barretos e Bauru. Será utilizado como metodologia o relatório de avaliação desenvolvido pelo e-mag, através do projeto Acessibilidade Virtual, vinculado à Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais – RENAPI, o qual visa desenvolver e disponibilizar soluções acessíveis com o intuito de ter acesso à maior gama possível de usuários, independentemente de limitação, situação ou tecnologia utilizada. Uma vez trabalhada a questão da acessibilidade, o artigo prossegue e propõe uma discussão sobre a participação online dentro da democracia deliberativa, segundo a qual legitima os indivíduos a fazerem parte efetivamente de um plano de igualdade na tomada de decisão política. Logo o artigo constata que a internet é um potencial para a participação efetiva dos cidadãos com o intuito de facilitar a comunicação entre as duas esferas que parece caminhar em lados opostos entre o Estado e a esfera civil. Faz-se importante frisar que esta discussão objetiva aprofundar o conhecimento sobre este espaço de interação que ainda encontra-se pouco analisado e discutido na atualidade.

Palavras-chave: Acessibilidade; Participação online; Portais de governo.

Abstract: This article aim to evaluate the accessibility, usability and responsiveness in the electronic Portal of Araçatuba, Barretos e Bauru city. The methodology will be an evaluation report developed by e-mag and the virtual accessibility project linked to the national network for research and innovation in digital technology- RENAPI, which is aimed at developing and providing affordable solutions, providing access to the widest possible range of users, regardless of limitation, situation or technology. With the issue of accessibility finished, the article, goes on to propose a discussion of online participation in the deliberative democracy according to which it legitimizes individuals to be part of plan of equality in political decision making. Which that, it's proved that the internet is a potential, for the effective participation of citizens in order to ease communication between the two spheres that seems to be on the

¹ Trabalho apresentado no 8º Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cáspér Líbero.

² Graduada em Comunicação Social (jornalismo)-Faculdades Integradas de Jaú. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP- Campus Bauru. Bolsista Capes. e-mail: biancadidoni@hotmail.com

opposite sides between the state and the civil sphere. It's important to note that this discussion is intended to deepen the knowledge about the interaction place that is not so much analyzed.

Key-words: accessibility; online participation; government's official web portal

Introdução

A possibilidade de um modelo específico de democracia, segundo o qual as decisões coletivas são alcançadas através da discussão pública, tem dado seus primeiros passos desde os anos de 1990. Nesta época, a internet deixa de configurar-se apenas acadêmica e torna-se um produto comercial público. É este aspecto que nos oferece subsídios para compreender o processo de democracia deliberativa contemporânea que faz uso de tecnologia poderosa e, por isso, possibilita ferramentas que unem o Estado e a esfera civil. Gomes (2005) descarta o conceito que o Estado e a esfera civil precisam interagir apenas no momento da renovação dos mandatos, restringindo-se o papel dos mandantes civis à decisão, de tempos em tempos, sobre quem integrará a esfera que toma as decisões propriamente políticas. Este conceito, nos tempos de hoje, é uma afirmação anacrônica e ultrapassada, pois é notória a possibilidade real de que a internet pode trazer benefícios para a participação política não só na decisão de escolher quem governará como também em algumas decisões que o cidadão tem condições de fazer parte do processo democrático. Logo a participação efetiva dos cidadãos dentro de site eletrônicos de governos possibilita o acesso à informação como condição básica e a consulta como ponto central para a formulação de políticas. Além da quantidade de informação oferecida pelos governos eletrônicos, faz-se necessário refletir além deste aspecto, isto é, integrar a participação pública como uma relação embasada na parceria, ou seja, utilizar o processo deliberativo para reunir ideias discutidas entre o governo e a sociedade civil para obter resultados mais significativos para a sociedade. Gomes (2005) afirma “[...] a ideia de participação da cidadania entendida como ocupação civil da esfera política encontra na internet as possibilidades técnicas e ideológicas da realização de um ideal de condução popular e direta dos negócios públicos”.

Ao considerar-se este pressuposto, as informações fornecidas pelos sítios de governo devem ser consideradas e durante a formulação de políticas devem ser objetivas, completas e acessíveis. Este é o ponto chave que ganhará relevância neste artigo. Para iniciar-se a

8o. Interprogramas de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero

<http://www.casperlibero.edu.br> | interprogramas@casperlibero.edu.br

discussão sobre a acessibilidade dentro dos portais de governo, é mister entender que a informação transmitida será destinada para muitos e com esta intenção, os governos têm que adequar seus sistemas e possibilitar a melhor navegação. Neste artigo utilizaremos o modelo de avaliação disponibilizado pelo e-mag (Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico) vinculado com o RENAPI (Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais) e o projeto de Acessibilidade Virtual oferece para a orientação e a solução de problemas destacando como base três métodos: Acessibilidade (o qual assegura informação e participação para todos); Usabilidade (a facilidade de uso para todos) e Comunicabilidade (é a Comunicação com todos, não excluindo as pessoas portadoras de alguma deficiência ou idosas). Deste modo, utilizaremos o sítios da prefeitura de Araçatuba, Barretos e Bauru localizados no interior do Estado de São Paulo para uma avaliação que será composta por nove itens de acessibilidade de acordo com o modelo recomendado pelo e-mag que elenca: Links, alto-contraste, imagens, links indicadores, estrutura, títulos, formulários, atalhos e tabelas. Estes itens representam desafios significativos para os governos em termos de técnica, implicações políticas e constitucionais. Para os cidadãos que procuram informações online, a distinção entre o acesso e acessibilidade é uma questão real. Mesmo quando os cidadãos têm acesso às TICs, a procura por uma informação online no portal eletrônico do governo raramente constitui-se um exercício simples ou direto.

Participação online na Política

A conhecida democracia digital começa a ser discutida em meados dos anos 90 por pesquisadores que buscam alternativas para a democracia representativa. Pesquisadores em políticas, ou até mesmo atores políticos, começam a ter um novo olhar sobre uma possibilidade de democracia que poderia ou (pode) modificar alguns conceitos que englobam a participação democrática.

Segundo Kegler (2010) a realidade brasileira para as comunicações públicas, de maneira geral, é um processo comunicativo que tem por objetivo informar para a construção da cidadania, despertando o senso cívico da população. Por parte do mercado, o empresariado descobriu que o respeito à cidadania, a responsabilidade social, a prestação de contas à sociedade, a transparência nas suas atividades, enfim, atitudes consideradas politicamente

corretas vendem mais do que apenas propaganda. Por esse motivo, a comunicação atua na construção de um novo espaço público e assim influencia a formação da opinião pública. Para Duarte (2009) esta atuação exige de cinco fatores:

(a)compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; (b) centralizar o processo no cidadão; (c) tratar comunicação como um processo mais amplo do que informação; (d) adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos; (e) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo *uno* (DUARTE, 2009, p.59).

A comunicação pública se propõe, enfim, a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas na vida pública do país. O conceito está diretamente relacionado a participação popular, a multiplicidade de vozes, a espera de interação social.

Este novo recurso de participação é tomado pela participação civil na decisão política, denominada como democracia deliberativa. Esta nova noção de democracia, segundo WRIGHT e STREET (2007), refere-se a uma forma específica de participação que discute questões como consenso e decisão. Com isso, institucionaliza-se um conjunto de mecanismos para incorporar os juízos individuais num processo coletivo de tomada de decisão. Os indivíduos são chamados para apresentar alternativas e diferentes pontos de vista, uma vez que avaliam criticamente e forma-se a partir deles juízos de valor. A concepção deliberativa da democracia focaliza a atenção nos processos pelos quais os juízos são formados e as decisões são tomadas. A Internet é o meio de escolha para os países membros da organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) participarem das decisões políticas, visto que a mesma oferece ferramentas poderosas para pesquisa, seleção e integração das vastas quantidades de informações em poder do público, bem como possibilita apresentar os resultados em um formulário que pode ser facilmente utilizado por cidadãos individuais. Para os cidadãos que procuram informações on-line, a distinção entre o acesso e a acessibilidade é uma questão real. Segundo a OCDE, mesmo quando os cidadãos têm acesso às TICs ou quando fazem uso de um pedaço específico de informação online do governo, raramente o fato caracteriza-se como um exercício simples ou direto.

Para Dalberg (2001) a melhora da acessibilidade da informação online pode ser alcançada através do fornecimento de informações online em termos específicos, com divisão de temas; do atalho de busca e do uso de software para o estilo, que tem como objetivos verificar e melhorar a inteligibilidade de textos do governo e das traduções multilíngues do funcionário. Somando-se a isto, o mesmo autor considera que quantidade não significa qualidade, os países membros da OCDE fornecem quantidade significativa de informações online em seus governos eletrônicos, mas a disponibilidade de informação varia em termos de acessibilidade, relevância e utilidade para os cidadãos que desejam ser informados ou participar de decisões políticas. Gomes (2004) propõe a existência de cinco graus de participação popular para uma possível democracia digital. O primeiro grau é caracterizado pela disponibilidade de informação e de prestação de serviços públicos. Neste momento, o governo caminha em mão única, pois apenas oferece interatividade e prestação de serviços para o cidadão. Este primeiro grau é o mais utilizado entre os governos eletrônicos brasileiros que apresentam para o usuário informações como notícias do governo, conceito da missão, acontecimentos dos departamentos e da administração política e prestação de serviços como concursos públicos e trabalho. O que resulta nos portais eletrônicos do governo é apenas uma propaganda indireta das benfeitorias do mesmo para a sua autopromoção.

No seu segundo grau de democracia digital, Gomes destaca a colheita de opinião pública, ou seja, quando o governo quer obter informações do cidadão dando algum sinal de participação através de enquetes e questionários. Neste momento, a ação do governo ainda é unilateral, pois emite alguns meios para obter retorno da população, mas isto não significa que ele acatará o resultado da população para futuras decisões políticas. Nos governos eletrônicos brasileiros, principalmente nos portais de prefeituras que serão analisados mais detalhadamente neste artigo, não foram detectadas estas omissões ao questionar a opinião pública do cidadão.

No terceiro grau, aborda a transparência e a prestação de contas (*accountability*). Neste momento o governo disponibiliza um espaço para o cidadão obter um controle sobre as ações governamentais. No Brasil, os governos eletrônicos começam a ter esta iniciativa ao mostrarem a transparência pública visto que o governo divulga as ações governamentais para a população tomar conhecimento sobre a aplicação do dinheiro público através de prestação

de contas como despesas, licitações, receitas, recursos humanos, enfim, o cidadão consegue ter acesso a estas questões. Os portais que serão analisados possuem transparência quanto à prestação de contas.

No quarto grau, Gomes apresenta-nos esta etapa através da democracia deliberativa, ou seja, através da criação de mecanismos através dos quais o governo consegue discutir sobre um determinado assunto não só com os políticos mas também com o público que pode opinar sobre a questão que lhe diz respeito. Dahlberg (2001) caracteriza este grau por meio da interatividade que as TICs oferecem, transformando em um potencial para ampliar o alcance, amplitude e profundidade do governo através de consultas com os cidadãos e outras partes interessadas durante a elaboração de políticas. No Brasil, constata-se que este grau ainda não foi colocado em prática. Nos países membros da OCDE, o engajamento do cidadão e a sua participação nas tomadas de decisão são comprovados com frequência através das consultas públicas. A Inglaterra é o país que lidera a lista da OCDE com um maior interesse em consulta pública.

O quinto grau apontado por Gomes propõe a modificação de nosso modelo de democracia e o retorno do antigo ideal de democracia direta, ou seja, no qual o povo toma as decisões e não apenas é consultado para a averiguação de sua opinião para depois o governo decidir. Neste prisma, a decisão total de uma política seria comandada pela população. Verifica-se que nenhum país utiliza-se deste último grau, um tanto quanto ousado e revolucionário para a democracia representativa à qual, hoje, a grande maioria dos países desenvolve.

Estes graus mostram o quanto é possível utilizar destes mecanismos para a participação do cidadão dentro das políticas. As novas tecnologias da informação são uma ferramenta que devem ser aplicadas para dar acesso a estes tipos de recursos que possibilitam a participação cidadã.

Já a deliberativa pensada por Matos (2009) é que inclui participação no debate num espaço público ampliado: a mídia de massa não deixa de ser considerada no processo de formação das opiniões políticas, no entanto a deliberação aparece hoje no centro de um grande debate sobre a renovação da democracia, no qual a pretensão é da participação de todos sobre assuntos de interesse comum.

Percebe-se que este novo tipo de democracia começa a dar um novo lugar para os cidadãos. Mas tratando da participação dos cidadãos e seus interesses coletivos, Faria (2009) nega a existência de interesse público e que nesta arena encontra-se uma superfície porosa e fragmentada onde se movimentam lobbies, organizações privadas, interesses pulverizados, além da representação política de grupos e de categorias sociais diversas, muitas vezes, antagônicas. Nesta contradição Duarte (2009) trata do interesse público como um esforço para difundir, influenciar, criar ou mudar comportamentos individuais ou coletivos em prol do interesse geral.

O que podemos constatar que os mecanismos concretos de participação da sociedade possibilita uma interconexão para as decisões política e de gestão pública isso, mostra o interesse do governo tratando no Brasil que possui ferramentas poderosas para envolver os cidadãos em questões relacionadas à política.

Diretrizes do governo eletrônico

Como observamos na questão acima, é fundamental a participação política dos cidadãos quando necessário. As tecnologias da informação têm a capacidade de ter a participação ampla de todo os seus cidadãos. Claro que é preciso que todos participem da rede informacional, que todos desenvolvam a capacidade de usar a informação de forma reflexiva, obter acesso aos serviços governamentais, à informação disponível com transparência e a consulta pública para contribuir na decisão política estes, são aspectos que remetem a um futuro com dimensão democrática.

Em agosto de 2011, o ministério do planejamento em parceria com a Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais – RENAPI através do projeto Acessibilidade virtual lançaram um relatório avaliando 200 sítios e os e-serviços do governo eletrônico brasileiro realizado no período de 2010. O processo de avaliação dos sites foi realizado, em duas etapas: Através da validação automática: nesta etapa, é realizada uma prévia por meio da análise em validadores automáticos. Essas ferramentas possuem a função de identificar, na página avaliada, erros de acessibilidade a serem corrigidos. E também pela validação por especialistas: é nesta etapa, que este artigo utilizará para avaliar o site do município de Araçatuba, Barretos e Bauru. Através do próprio pesquisador, realizará uma avaliação

detalhada e minuciosa dos principais problemas de acessibilidade, usabilidade e comunicabilidade. Os erros de acessibilidade encontrados serão reavaliados, através de uma análise para identificar os pontos que não estão em conformidade com os padrões descritos pelas diretrizes de acessibilidade.

Este relatório é composto por 3 sistemas como: Acessibilidade: efetiva disponibilização da informação a todos os utilizadores, independentemente da tecnologia e plataforma utilizada e das capacidades sensoriais (física, sensorial, cognitiva) e funcionais do usuário. (física, sensorial, cognitiva); Usabilidade: facilidade de acesso a todos. Mede a produtividade, eficiência de uso e funcionalidade do ambiente e Comunicabilidade: comunicação com todos. Diz respeito à capacidade de comunicar com clareza o conteúdo pretendido.

Os 200 sites avaliados pelo ministério do Planejamento foram elencadas os 10 principais erros a serem corrigidos, principalmente a que atende a acessibilidade para os deficientes visuais. Os principais erros encontrados através das recomendações do e-mag foram: falta de descrições nos links, falta de organização nas camadas lógicas, falta de alto contraste, falta de etiquetagem das imagens, falta de links indicadores nas páginas, falta de uniformidade na estrutura das páginas, falta de títulos em uma ordem lógica, falta de atalhos para a navegação e falta de tabelas organizadas. É através das recomendações do e-mag (modelo de acessibilidade do governo eletrônico) que desde 2005 traz um conjunto de recomendações para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação e através de 9 itens de erros elencados pelo relatório feito nos 200 sítios do governo eletrônico e através das recomendações feitas pelo e-mag, que vamos utilizar para avaliar os sítios dos municípios de Araçatuba, Barretos e Bauru.

A primeira avaliação será com os links fazendo as seguintes perguntas: Os links apresentam descrições curtas e objetivas? Eles identificam o destino ao qual remetem? Abrem o conteúdo na mesma página de navegação ou avisam que irão abrir em uma nova página? O segundo será a presença de alto contrastes fazendo a seguinte pergunta: o site possui a opção de alto contraste? Ela está funcionando corretamente? O terceiro é o fornecimento de alternativa em texto para as imagens do sítio fazendo a seguinte pergunta: As imagens estão

devidamente etiquetadas? O quarto item é o fornecimento de links indicadores que devem ser colocados no início ou no final do conteúdo fazendo a seguinte pergunta: Há links indicadores na página? O quinto fala sobre a divisão da área de informação fazendo a seguinte pergunta: A estrutura das páginas está uniforme? A sexta é a utilização correta de títulos fazendo a seguinte pergunta: Os títulos apresentam uma ordem lógica no texto? Eles estão descritos corretamente? A sétima avaliação será sobre a questão do formulário fazendo a seguinte pergunta: Os formulários funcionam corretamente? No caso da utilização dos capcha's³, há também uma alternativa em áudio? Este áudio funciona corretamente? A oitava avaliação será o fornecimento de atalhos para chegar aos conteúdos fazendo a seguinte pergunta: Há atalhos para facilitar a navegação pelo site? Esses atalhos funcionam corretamente? O nono item a ser avaliado será o fornecimento de tabelas fazendo as seguintes perguntas: As tabelas são disponibilizadas apenas quando necessárias? Existem conteúdos que poderiam estar em tabelas e não estão?

É com estes 9 itens de erros em um total de 13 perguntas que será utilizado para avaliar os sítios de Araçatuba, Barretos e Bauru através de um avaliador mecânico (pesquisador). Para utilizá-los, algumas exigências, dificuldades devem ser levadas em conta. As tecnologias massivas cibernéticas desenvolvem a agilidade na informação e nas relações que se estabelecem através dessas ferramentas criadas como forma de facilitar a vida cotidiana do cidadão. É como diz Soares (2005) democratizar o acesso aos ambientes virtuais, oferecendo interfaces que respeitam a acessibilidade, usabilidade e comunicabilidade é uma ação que reflete benefício a todos, e não apenas àqueles que utilizam tecnologias modernas, mais antigas, tecnologias de apoio ou idosos. Além disso, desenvolver um ambiente acessível traz muitas vantagens estar em conformidade com medidas legais, facilitar a indexação por mecanismos de busca, melhorar o desempenho e a navegabilidade da interface, atingir cem por cento do público de internautas agilizarem e facilitar a manutenção dos sistemas, só para citar algumas.

³ São imagens de códigos alfanuméricos que aparecem distorcidos, cuja finalidade é a diferenciação de ações humanas e processos de máquinas, tendo em vista bloquear registros de dados por um script.

Metodologia de Avaliação de acessibilidade nos portais eletrônicos do Município de Araçatuba, Barretos e Bauru

Para avaliar os portais eletrônicos dos municípios de Araçatuba, Barretos e Bauru, todas localizadas no interior do Estado de São Paulo, será utilizado o relatório de avaliação produzido pelo Ministério do Planejamento, através do projeto Acessibilidade Virtual com base nos erros de links, erros de alto contraste, erros de imagens, erros de links indicadores, erros de estrutura, erros de títulos, erros de formulários, erros de atalhos e erros de tabelas.

A presença de detecção de problemas destes nove erros será mensurada através de treze perguntas elaboradas pela própria metodologia de avaliação do governo que será respondida pelas opções “sim” ou “não”. Com isso, será possível retirar uma média de qual portal possui mais acessibilidade e está preparado para atender o cidadão.

Erros de links

As perguntas para a detecção do problema foram: Os links apresentam descrições curtas e objetivas?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim	X		
Não		X	X

Abrem o conteúdo na mesma página de navegação?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim	X	X	X
Não			

Nesse quesito, os três sítios avaliados atenderam total a recomendação de conteúdos na mesma pagina de navegação. Com falhas de descrições longas no portal de Barretos e Bauru

Erros de Alto- Contraste

A pergunta realizada era: O site possui a opção de alto contraste?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim	X	X	
Não			X

Ela está funcionando corretamente?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim	X	X	
Não			X

Nesse quesito, apenas o portal da cidade de Bauru não obtém alto contraste.

Erros de Imagens

A pergunta realizada era: As imagens estão devidamente com legendas?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim			
Não	X	X	X

Nesse quesito, todos os portais não apresentaram devidamente as legendas nas imagens.

Erros de Links Indicadores

A pergunta realizada para este quesito era: Há links indicadores na página?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim			X
Não	X	X	

Nesse quesito, apenas o site de Bauru que possui links indicando com uma palavra chave a secretaria correspondente ao conteúdo.

Erros de Estrutura

A pergunta realizada era: A estrutura das páginas está uniforme?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim	X	X	
Não			X

Nesse quesito, o portal de Bauru não atendeu este aspecto. A página inicial é toda confusa, contendo conteúdo espalhado por toda a página sem padronizar.

Erros de Títulos

A pergunta realizada era: Os títulos apresentam uma ordem lógica no texto?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim	X	X	
Não			X

Eles estão descritos corretamente?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim	X	X	X
Não			

Nesse quesito apenas a cidade de Bauru não utilizou a ordem lógica dos textos. Eles utilizam títulos grandes que ocasiona a perda do objetivo do título.

Erros de Formulários

Os formulários funcionam corretamente?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim	X	X	
Não			X

No caso da utilização dos capcha's, há também uma alternativa em áudio?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim			
Não	X	X	X

Nesse quesito a cidade de Bauru não atendeu estes aspectos e as cidades de Araçatuba e Barretos não disponibilizaram os capcha's com alternativa em áudio, dificultando a pessoa com deficiência visual ao fazer o uso dos formulários.

Erros de Atalhos

A pergunta realizada era: Há atalhos para facilitar a navegação pelo site?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim			

Não	X	X	X
-----	---	---	---

Nesse quesito, todos os portais não utilizam atalhos para facilitar a navegação.

Erros de Tabelas

As perguntas realizadas eram: As tabelas são disponibilizadas apenas quando necessárias?

	Araçatuba	Barretos	Bauru
Sim	X	X	X
Não			

Nesse quesito, todos os portais faz o uso de tabelas quando necessário.

Utilizando nove indicadores de erros e treze perguntas proposto pelo governo federal, os portais analisados serão calculados através da porcentagem de acertos que cada sítio de governo eletrônico obteve.

O portal eletrônico da prefeitura de Araçatuba atingiu nove pontos de acessibilidade mediante as questões analisadas com 69,2%. Em segundo lugar o portal eletrônico de Barretos obteve oito pontos atingindo 61,5% de acessibilidade e o portal da prefeitura de Bauru obteve quatro pontos totalizando 30,7% de acessibilidade.

Considerações Finais

A acessibilidade nos portais eletrônicos de governo é essencial para a participação política dos cidadãos, e por isso o governo federal tem mostrado interesse em criar mecanismo para uma padronização dos portais para que torne acessível a todos os cidadãos. Ser acessível é permitir o uso. Apesar da obviedade, muitas vezes ocorre a interpretação indevida de que estar visível e ser perceptível dá a uma interface a condição de ser acessível, mas considerando as necessidades especiais de cada sujeito, atender a esse requisito não dá essa condição assistiva. (MONTARDO, PASSERINO, 2007). A internet tem potencial de acessibilidade, no qual, todos os usuários independentemente de sua necessidade pode atingir a integração com a atual “sociedade da informação”. A partir dos referenciais teóricas utilizadas, percebe-se a necessidade de uma maior avaliação nos portais eletrônicos, uma vez

pesquisado com uma simples amostra, percebe-se que os portais eletrônicos não consideram alguns aspectos importantes de acessibilidade não só em sua estrutura como na informação.

A acessibilidade na internet possibilita que o cidadão participe do processo político, quanto maior número de pessoas entrarem em um portal de governo maior o número de interação com a política. Ter o acesso nesses portais, já é o primeiro passo para falarmos que governo e cidadão caminham em mão dupla.

É como Gomes (2005, p. 218) identifica “A democracia digital se apresenta como uma alternativa para a implantação de uma nova experiência democrática fundada numa nova noção de democracia”. E com essa alternativa, o campo da política tem a possibilidade de transformar conceitos enraizados, por um modelo no qual o cidadão tem acesso para participar do processo político.

Considera-se que a democracia digital é construída através dos mecanismos que as novas tecnologias oferecem, basta cada governo utilizar estas ferramentas de maneira acessível para que, cada vez mais, este acesso seja considerado para todos.

Referências

Brasil. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Secretaria de logística e tecnologia da informação. Avaliação de 200 sítios e e-serviços do governo eletrônico brasileiro; ministério da educação, Secretaria da educação Profissional e tecnológica - Brasília: MP, SLTI, 2011.

COLEMAN, S. ; BLUMLER, J. G. The internet and democratic citizenship: theory, practice and policy. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

COLEMAN, S. ; J. GØTZE. Bowling together: online public engagement in public deliberation. Londres,

COLEMAN, S. Connecting parliament to the public via the internet: two case studies of online consultations. Information, Communication & Society, v. 7, nº 1, p. 1-22, 2004.

DAHLBERG, L. The internet and democratic discourse: exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere. Information, Communication & Society, v. 4, nº 4, p. 615-633, 2001.

DUARTE, J. Instrumentos de Comunicação Pública. *In* Comunicação Pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. Org.: DUARTE, Jorge. Editora Atlas, São Paulo: 2009.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Fronteiras - Estudos Midiáticos*, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.

GOMES, W. Ciberdemocracia: possibilidades e limites. 2004. Conferência Inaugural do II Congresso Hansard Society, 2002. Ibérico de Comunicação, Covilhã, Portugal. *New Media & Society*, v. 9, n. 5, p. 849-869, 2007.

KEGLER, B. Comunicação pública e democracia digital: as estratégias comunicacionais dos portais de municípios gaúchos com mais de cem mil habitantes. *Dissertação de Mestrado*. 2010

OCDE. Promise and problems of e-democracy: challenges of online citizen engagement. Paris, of Communication, v. 20, n. 4, pp. 435-459, 2005.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2003, p. 23-58.

POLAT, R. K. The internet and political participation: exploring the explanatory links. *European Journal*

Portal eletrônico do município de Araçatuba. Disponível em:
<http://www.aracatuba.sp.gov.br/> Acesso em: 10/12/2011

Portal eletrônico do município de Barretos. Disponível em: <http://www.barretos.sp.gov.br/>. Acesso em: 10/12/2011

Portal eletrônico do município de Bauru. Disponível em: <http://www.bauru.sp.gov.br/> Acesso em: 10/12/2011

ROTHBERG, D. Portais eletrônicos de governo e a contribuição da informação e da comunicação para a expansão da cidadania. *In: 34º Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs)*. Caxambu, MG, 2010.

SILVA, S. P. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, p. 450-468, 2005.

SOARES, 2005. Horácio. O que é acessibilidade na web? Janeiro de 2005. Disponível em<http://www.internativa.com.br/artigo_acessibilidade_01.html>

WRIGHT, S. ; J. STREET. Democracy, deliberation and design: the case of online discussion forums.

